



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11250/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretária Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sildomar Abtibol (Ordenador de Despesa), Luis Faustino da Costa Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Leda Mourão da Silva – OAB/AM 10276, Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11193 e Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11414, Marco Antonio Nobre Salum - OAB/AM 8416, Monica Vicente Taketa – OAB/AM 7988, Christian Mendes da Silva – OAB/AM A691 e Giordano Cezar Salgado Boaventura – OAB/AM 11685
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 356/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL . Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Irregularidade. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora que acatou, em sessão, o voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva quanto ao item 10.4., **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL, referente ao exercício de 2016 (U.G: 260101), de responsabilidade do **Sr. Sildomar Abtibol**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 31.03.2016, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Sildomar Abtibol**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 31.03.2016, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE,



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE) para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL, referente ao exercício de 2016 (U.G: 260101), de responsabilidade do **Sr. Luís Faustino da Costa Neto**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e Ordenador de Despesas, no período de 01.04.2016 a 31.12.2016, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.

**10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Luís Faustino da Costa Neto**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e Ordenador de Despesas, no período de 01.04.2016 a 31.12.2016, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, VI, da Lei nº 2423/1996 com redação dada pela Lei Complementar nº. 204, de 16/01/2020 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na Fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE) para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Considerar em Alcance ao Sr. Luís Faustino da Costa Neto**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e Ordenador de Despesas, no período de 01.04.2016 a 31.12.2016, no valor de **R\$ 2.444.938,97** (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

**10.6. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.6.1.** A Nota de Empenho não se encontra no valor total da despesa, correspondente a data de início dos serviços, até o final do exercício, contrariando o art. 60, §3º, da Lei nº 4320/64 e o art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93;



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.6.2.** Publicação do extrato do Termo de Contrato com atraso, ferindo ao disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.3.** Ausência de justificativas quanto à renovação do Contrato original, por mais 365, e o Cronograma de Desembolso, espelhado pela Nota de Empenho, estipulou a execução total das despesas do Aditivo em determinado período;
- 10.6.4.** Contratação de diárias/serviços de sonorização, quando já havia ocorrido as celebrações do Termo de Contrato, nos mesmos quantitativos de serviços e valores, refletindo uma grave infração ao inciso II, do art. 10, §3º, I, do Decreto Municipal nº 3013/2015 c/c o §3º, do art. 22, do Decreto Federal 7.892/13;
- 10.6.5.** Ausências de melhores comprovações da realização da despesa, como registros fotográficos e relação dos eventos e localidades onde foram prestados os serviços de sonorização;
- 10.6.6.** Inexistência, nos autos do Processo Administrativo em foco, de comprovações e fundamentos que pudessem justificar a prorrogação do ajuste principal, conforme prevê o art. 57, §2º, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.7.** Inexistência do Projeto Básico pertinente a contratação dos serviços, resultando em séria violação a norma positivada pelo art. 7º, §2º, I, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.8.** Ausências de melhores comprovações da realização da despesa, como registros fotográficos e relação dos eventos e localidades onde foram prestados os serviços contratados, dificultado pela inexistência do Projeto Básico, o qual deveria detalhar a execução dos mesmos;
- 10.6.9.** Inexistência da garantia oferecida pela contratante, no percentual de 5%, exigência do art. 56, §2º, c/c o art. 54, §1º, ambos da Lei nº 8.666/93, e a cláusula I, item 7, do contrato em questão;
- 10.6.10.** Inexistência, nos autos do processo administrativo em estudo, das entidades beneficiadas e respectivos Termos de



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Doação, pertinente aos tatames adquiridos pela SEMJEL, pois, de acordo com informação obtida junto ao Setor de Almoxarifado da SEMJEL, os referidos materiais foram entregues à época;

- 10.6.11.** Justificar desobediência a sequência cronológica dos contratos, ferindo o que determina o art. 60, caput, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.12.** Ausência de justificativas quanto à grande quantidade de contratações, de empresas com finalidades de prestações de serviços muito similares, como locação de equipamentos de som, iluminação e estruturação e organização de eventos;
- 10.6.13.** Ausência de justificativas sobre os bens patrimoniais da SEMJEL não se encontrarem devidamente atualizados, infringindo ao que estabelece o art. 94, caput, da Lei nº 4320/64;
- 10.6.14.** Justificar abastecimentos de veículos realizados fora dos horários permitidos, conforme apuração através dos dados disponibilizados pelo sistema de gerenciamento Vale Card, contrariando as normas e procedimentos para a circulação de veículos oficiais previstos no art. 9º, inciso I e II do Decreto nº. 0610 de 26/07/10;
- 10.6.15.** Justificar os abastecimentos em veículos não cadastrados, baseadas em informações extraídas do Sistema Vale Card, em desacordo com o art. 9º, inciso I e II do Decreto nº. 0610 de 26/07/10;
- 10.6.16.** Esclarecer o abastecimento de veículos nos finais de semana, em desacordo com o art. 9º, incisos I e II, do Decreto nº. 0610 de 26/07/10;
- 10.6.17.** Ausência de cobertura financeira para quitar os restos a pagar inscritos no exercício, conforme análise realizada sobre a Prestação de Contas Anual;
- 10.6.18.** Em análise aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, constatou-se desrespeito a ordem cronológica dos pagamentos, conflitando com o que preceitua o art. 5º, da Lei nº 8666/93;



**ACÓRDÃO Nº355/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6.19.** Ausência de pagamentos de Restos a Pagar;

**10.6.20.** Ausência de justificativas sobre o pagamento de “Multas, Juros e Encargos”, conforme detectado no Relatório de Execução Orçamentária por Natureza de Despesa.

**10.7. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Abril de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral